

Nota de imprensa

CDS-PP destaca a importância do novo Hospital Modular na reestruturação dos Serviços de Saúde na ilha de São Miguel

No dia de hoje o Grupo Parlamentar do CDS-PP marcou presença na sessão de apresentação do Hospital Modular aos Grupos Parlamentares, a convite do Presidente do Governo Regional e no seguimento do incêndio que deflagrou o HDES no dia 4 de Maio.

Após a apresentação Deputado do CDS-PP, Pedro Pinto, adiantou aos órgãos de comunicação social que “a nova estrutura dará resposta àquelas que são as necessidades imediatas, fazendo regressar ao perímetro do Hospital todos os serviços que, de momento, se encontram espalhadas pelas várias Unidades de Saúde na ilha de São Miguel”.

Afirmou ainda que “procedendo a essa concentração no mesmo recinto, vai ser possível otimizar o serviço prestado aos utentes, na medida em que os profissionais regressarão à casa mãe”, destacando que “de momento estão condicionados pela distância e pela separação dos diversos serviços”, concluindo que “um hospital não funciona com serviços individuais, há sim uma cooperação natural entre os diversos serviços e essa é a sua essência”.

O parlamentar garantiu que apesar da separação dos serviços “os cuidados médicos e cuidados clínicos estão a ser assegurados ao mais alto nível, quer pelas Unidades de Saúde de Ilha, quer pelas Unidades de Saúde privadas”, destacando o papel fundamental dos profissionais de saúde.

Relativamente à funcionalidade do Hospital Modular, o Deputado do CDS-PP evidenciou que a mesma “além de permitir o regresso, permitirá simultaneamente a reconstrução e requalificação do atual edifício do HDES”.

“À medida que os serviços forem regressando ao edifício original, novas valências serão reacomodadas na estrutura modular, de forma a reconverter o hospital de acordo com os atuais padrões de exigência que atualmente se aplicam na área da medicina”.

Em conclusão, Pedro Pinto afirmou que “a solução encontrada foi a melhor solução, porque é a que os técnicos e profissionais de saúde defenderam e propuseram”, referindo que “não houve uma

decisão política a impor-se àquilo que são as decisões técnicas, houve sim uma audição daquelas que são as necessidades de apoio e de prestação de cuidados de saúde aos utentes.

Ponta Delgada, 17 de julho de 2024